



# Direito Tributário

## Aula 06

### Princípios Tributários II

**André Portella**



# Estrutura do Módulo

1. Princípios que regem a incidência tributária no tempo (irretroatividade, ultratividade, anterioridade, “noventena”, anualidade)
2. Princípios que regem a incidência tributária no espaço (uniformidade, não-discriminação origem-destino, vedação à limitação do tráfego, vedação à isenção heterônoma)



# Princípios relativos à incidência tributária no tempo

## \* Fundamentos:

- Segurança jurídica
- Não-surpresa



# Irretroatividade

- \* Instituição ou majoração de tributo não poderá incidir sobre fato gerador anterior à instituição ou majoração**
- \* A lei nova incidirá sobre fatos geradores futuros e pendentes**





# Irretroatividade

\* CTN, Art. 105. A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início mas não esteja completa nos termos do artigo 116.



# Irretroatividade

## **\* Exceções (CTN, art. 106):**

- Revogação de infração tributária**
- Perdão de dívida tributária (remissão ou anistia)**
- Norma meramente interpretativa, salvo se da nova interpretação decorrer aplicação de penalidade**



# Irretroatividade





# Ultratividade

**\* A norma tributária aplicável é aquela vigente ao tempo do fato gerador**

**CTN, Art. 144. O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.**





# Ultratividade

**Majoração  
(de 12% para 15%)**

\*

**12%**

**15%**



## **Prova: CESPE - 2010 - EMBASA - Analista de Saneamento – Advogado**

Considere que o fato gerador do imposto sobre serviços de um município tenha ocorrido em janeiro de 2009, e que no mês seguinte tenha sido publicada lei instituindo novos critérios de apuração do imposto, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas desse município. Nesse caso, em decorrência do princípio da irretroatividade da lei tributária, a lei nova não se aplica ao fato gerador ocorrido em janeiro de 2009.

\* Certo

\* Errado



## Prova: FGV - 2008 - TJ-MS – Juiz (Adaptada)

O princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.

\* Certo

\* Errado



## **Prova: CESPE - 2010 - DETRAN-ES - Advogado**

Em obediência ao princípio da irretroatividade, a lei tributária, ao entrar em vigor, aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, mas não aos pendentes e pretéritos.

\* Certo

\* Errado





## Prova: PUC-PR - 2014 - TJ-PR - Juiz Substituto (Adaptado)

A despeito da consagração do Princípio da Irretroatividade, admite nossa legislação a retroatividade da lei interpretativa, a qual, sem a finalidade de inovar o sistema normativo, pode esclarecer o sentido da norma ainda que seu conteúdo divirja de posição já consolidada junto à jurisprudência.

\* Certo

\* Errado



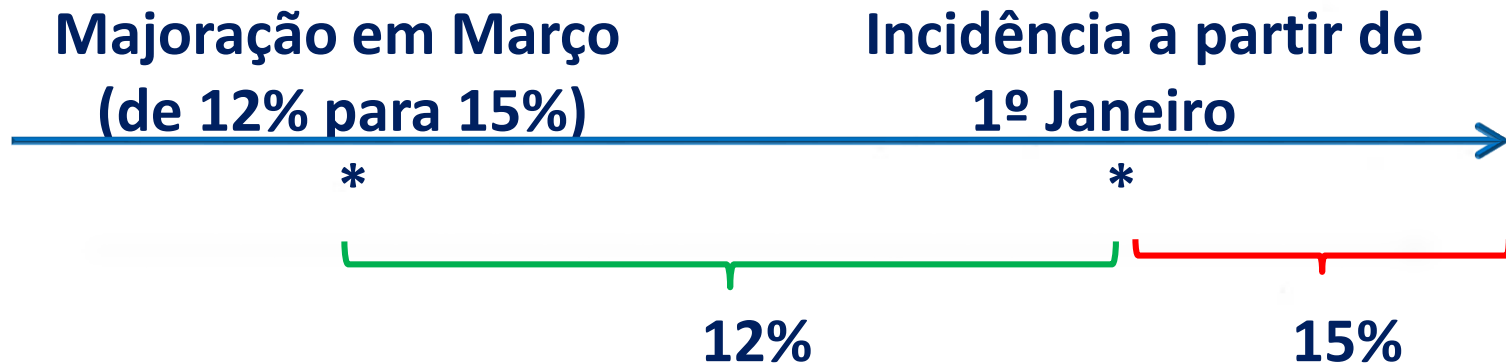


# Anterioridade

- \* Denominação: Anterioridade, Anterioridade comum, anual, ou de exercício**
- \* A instituição ou majoração de tributo somente incidirá sobre fatos geradores a ocorrer a partir do primeiro dia do exercício seguinte ao da instituição ou majoração**



# Anterioridade







# Anterioridade

- \* A anterioridade refere-se ao momento a partir do qual o fato deverá ocorrer para fins de incidência do tributo novo ou majorado**
- \* A anterioridade não se refere ao momento a partir do qual o tributo poderá ser cobrado**



# Anterioridade

- \* A anterioridade refere-se a instituição ou majoração de tributo
- \* STF, Súmula 669: Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade.



# Anterioridade

## \* Exceções à Anterioridade:

- a) IPI, IOF, II, IE e IEG
- b) Empréstimo compulsório (guerra ou calamidade)
- c) Contribuições sociais
- d) Redução e restabelecimento da alíquota da CIDE-combustíveis (petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível)
- e) Redução e restabelecimento da alíquota do ICMS sobre combustíveis e lubrificantes



# Anterioridade

## \* Polêmica em torno do IR

- Possibilidade de aplicação de IR de forma retroativa, sob o entendimento de que o fato gerador do imposto ocorre em 31.12
- STF, Súmula 584: Ao imposto de renda calculado sobre os rendimentos do ano-base, aplica-se a lei vigente no exercício financeiro em que deve ser apresentada a declaração.





## Prova: FCC - 2014 - TRF - 3ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária

A partir da noção acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar,

a) a legalidade é uma regra absoluta quando se trata de instituição, majoração e redução de tributos, por alteração de base de cálculo ou de alíquota, salvo as exceções constitucionais.

b) na alteração que implique redução de tributo, beneficiando o contribuinte quer por alteração de base de cálculo, quer por alteração de alíquota, não se aplicam as regras da legalidade, anterioridade e irretroatividade

- c) a irretroatividade da lei tributária é uma regra absoluta, quer para criar, majorar ou reduzir tributos, independente de benefício ou prejuízo para o contribuinte.
- d) a anterioridade da lei tributária é uma regra que sempre deve ser aplicada no caso de modificação da lei que veicula tributo, salvo as exceções constitucionais.
- e) limitam o exercício da capacidade tributária ativa para instituir ou modificar tributos, sendo considerados verdadeiros direitos fundamentais do contribuinte.



# Prova: ESAF - 2005 - Receita Federal - Auditor Fiscal da Receita Federal - Área Tecnologia da Informação - Prova 2

A Constituição da República veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Trata-se do princípio da anterioridade tributária, que, contudo, encontra na própria Constituição algumas exceções. Assinale, a seguir, a modalidade tributária em que só pode ser exigido o tributo no exercício seguinte ao de sua instituição ou majoração:

- a) Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- b) Imposto sobre produtos industrializados.
- c) Empréstimo compulsório para atender a investimento público urgente e relevante.
- d) Empréstimo compulsório por motivo de guerra externa ou de calamidade pública.
- e) Imposto sobre exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados.



## **Prova: CESPE - 2007 - AGU - Procurador - 1 A**

Caso determinada lei estadual modifique o prazo de recolhimento do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), para que todos os contribuintes efetuem o pagamento do imposto em diferentes dias do mês de janeiro de cada ano, nesse caso, a referida lei estadual deverá obedecer ao princípio da anterioridade tributária.

\* Certo

\* Errado





## Prova: FCC - 2011 - TJ-PE – Juiz

A regra da anterioridade, que veda cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, NÃO se aplica

- a) aos impostos de importação e exportação.
- b) ao IR.
- c) ao ITR.
- d) às contribuições sociais.
- e) aos impostos estaduais.





# “Noventena”

- \* Denominação: “Noventena”, Anterioridade especial, nonagesimal, privilegiada, ou qualificada
- \* A instituição ou majoração de tributo somente incidirá sobre fatos geradores a ocorrer a partir de 90 dias a partir da publicação da lei respectiva



# Noventena

**Majoração em 15 de Março  
(de 12% para 15%)**

**Incidência 90 dias após**





# Noventena

- \* A noventena refere-se ao momento a partir do qual o fato deverá ocorrer para fins de incidência do tributo novo ou majorado**
- \* A noventena não se refere ao momento a partir do qual o tributo poderá ser cobrado**





# Noventena

**\* Exceções à noventena:**

- a) IR, IOF, II, IE e IEG**
- b) Empréstimo compulsório (guerra ou calamidade)**
- c) Base de cálculo do IPTU e IPVA**



# Exceções

Anterioridade comum	Noventena
<b>IPI</b> , IOF, II, IE, IEG	<b>IR</b> , IOF, II, IE, IEG
Empréstimo compulsório de guerra ou calamidade	Empréstimo compulsório de guerra ou calamidade
Contribuições Sociais	
CIDE-combustíveis (alíquota)	
ICMS combustíveis (alíquota)	
	IPTU e IPVA (base de cálculo)



# Anterioridade e Noventena

- \* Caráter não-excludente: anterioridade e noventena deve ser observados conjuntamente**
- \* A aplicação de um não exclui a aplicação do outro princípio**



# Anualidade

**\* Tributo somente pode incidir sobre fatos geradores a ocorrer um ano após a publicação da lei respectiva**





# Anualidade

- \* A CF/88 não previu o princípio da anualidade tributária**
- \* A sua última previsão constitucional se deu na Carta de 1946**
- \* Não confundir anualidade tributária, com anualidade financeira (Receita e Despesa Pública devem ser anualmente previstas no Orçamento)**



## Prova: FEPESE - 2013 - JUCESC – Advogado

Assinale a alternativa **correta** em matéria de Direito Tributário.

Qual dos tributos abaixo descritos não obedece ao princípio da anterioridade mínima nonagesimal?

- a) Imposto de renda
- b) Imposto sobre serviço
- c) Imposto sobre produtos industrializados
- d) Contribuição social
- e) CIDE combustível



## Prova: CESPE - 2013 - SERPRO - Analista - Gestão Financeira

A adoção da noventena, associada ao princípio da anterioridade, confere ao contribuinte a possibilidade de aperfeiçoar o seu planejamento pessoal e empresarial, prevenindo-se, com antecedência, das modificações provocadas pela criação ou majoração dos tributos devidos.

\* Certo

\* Errado



## **Prova: VUNESP - 2014 - DESENVOLVESP – Advogado**

A Constituição Federal veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, bem como veda que referida cobrança se dê antes de decorridos noventa dias da publicação da lei que os instituir ou aumentar. Tais vedações refletem o que a doutrina, respectivamente, denomina de princípio da anterioridade e de noventena. Assinale a alternativa na qual se encontra um tributo que se sujeita à anterioridade, mas excepciona a noventena.



- a) Empréstimo compulsório instituído no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional.
- b) Empréstimo compulsório instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência.
- c) Imposto sobre produtos industrializados.
- d) Imposto de renda.
- e) Contribuição de intervenção no domínio econômico.



## **Prova: PUC-PR - 2014 - TJ-PR - Juiz Substituto**

Acerca dos princípios de direito tributário, assinale a alternativa **CORRETA**.

I. A despeito da consagração do Princípio da Irretroatividade, admite nossa legislação a retroatividade da lei interpretativa, a qual, sem a finalidade de inovar o sistema normativo, pode esclarecer o sentido da norma ainda que seu conteúdo divirja de posição já consolidada junto à jurisprudência.

II. Da irradiação dos valores constitucionais para todo o sistema jurídico, é possível afirmar que inexistem hipóteses de mitigação ou atenuação do Princípio da Legalidade Tributária.

III. Por força do Princípio da Legalidade Tributária, a majoração e a atualização monetária da base de cálculo do tributo somente pode ser feita por lei.

IV. A lei que altere a base de cálculo do IPTU, majorando-o, não está sujeita ao Princípio da Anterioridade Nonagesimal.

- a) Somente a alternativa IV está correta.
- b) Todas as alternativas estão corretas.
- c) Somente a alternativa I está correta.
- d) Somente as alternativas III e IV estão corretas.



## Prova: MPE-PR - 2013 - MPE-PR - Promotor Substituto

Em tema de garantias e limitações constitucionais ao poder de tributar, qual das seguintes alternativas se revela **correta**?

- a) Segundo o princípio da anualidade, consagrado na vigente Constituição Federal, lei que institua ou majore tributos somente pode ter eficácia no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei e desde que previamente autorizado na lei orçamentária anual;
- b) Segundo o princípio da anterioridade, consagrado na vigente Constituição Federal, lei que institua ou majore tributos somente pode ter eficácia no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei e desde que previamente autorizado na lei orçamentária anual;

- c) Segundo o princípio da anualidade, consagrado na vigente Constituição Federal, lei que institua ou majore tributos somente pode ter eficácia no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, independentemente da data desta publicação;
- d) Segundo o princípio da anterioridade, consagrado na vigente Constituição Federal, lei que institua ou majore tributos somente pode ter eficácia no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, e ao menos noventa dias após tal publicação, ressalvadas expressas exceções constitucionais;
- e) A consagração do princípio da anterioridade, na vigente Constituição Federal, impede que Estados- membros, no exercício de seus poderes constituintes decorrentes, estipulem, em suas Constituições, o princípio da anualidade.







# Uniformidade

**\* Vedação à aplicação de tributos federais que não sejam uniformes em todo o território federal, ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, DF, ou Município, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País (CF/88, art. 151, I)**



# Uniformidade

**\* Vedação à aplicação de tratamento tributário sobre os demais Entes e seus servidores de forma distinta daquela que se aplica à própria União (CF/88, art. 151, II)**



# Não-discriminação origem-destino

**\* Vedação aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino (CF/88, art. 151, II)**



# Vedação à limitação do tráfego

**\* Vedação ao estabelecimento de limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público (CF/88, art. 150, V)**





# Vedação à isenção heterônoma

**\* É vedado à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios (CF/88, art. 151, III)**



## **Prova: CESPE - 2013 - DPE-DF - Defensor Público**

Considerando as limitações do poder de tributar e os impostos dos estados e do DF, julgue os itens que se seguem.

É vedado à União estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

\* Certo

\* Errado



## Prova: MPE-SC - 2013 - MPE-SC - Promotor de Justiça – Manhã

Diante do princípio da autonomia dos entes federativos, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é permitido estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza em razão da sua procedência ou do seu destino.

\* Certo

\* Errado



## **Prova: TJ-DFT - 2012 - TJ-DF - Juiz**

Considerando o conteúdo normativo dos arts. 151 e 152 da Constituição Federal, marque a assertiva correta.

- a) É vedado à União instituir tributo uniforme em todo o território nacional.
- b) É admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.



- c) É vedado à União tributar a renda das obrigações da dívida pública dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, bem como a remuneração e os proventos dos respectivos agentes públicos, em níveis iguais aos que fixar para suas obrigações e para seus agentes.
- d) É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.



## **Prova: CESPE - 2007 - TSE - Analista Judiciário - Área Judiciária**

Consoante o princípio constitucional da uniformidade geográfica, assinale a opção correta.

a) O imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) que incide sobre energia elétrica deve ser uniforme em todo o território nacional.

- b) O imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISS) que incide sobre serviços bancários deve ter a mesma alíquota em todo o território nacional.
- c) Não deve haver diferença de incidência do imposto de renda em razão de diferentes localizações dos contribuintes em todo o território nacional.
- d) O imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) não admite diferenciação entre contribuintes em razão da localização dos imóveis urbanos.



## **Prova: FGV - 2008 - TJ-MS – Juiz**

Com base nos Princípios Constitucionais Tributários, analise as afirmativas a seguir:

- I. A vedação que impede a União, os Estados, o DF e os Municípios de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça consagra o princípio da legalidade tributária.
- II. O princípio da irretroatividade tributária veda a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a lei que o instituiu ou majorou.

III. O princípio da uniformidade geográfica admite excepcionalmente que sejam concedidos incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do país.

Assinale:

- a) se nenhuma afirmativa estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.





